

Da natureza humana

A semana que vivemos tem tudo para ser a mais importante do primeiro ano de Fernando Henrique Cardoso no governo. Sua história deve ser escrita na ponta do lápis, com o auxílio das poderosas calculadoras dos economistas. Dependendo de como se comportar o Congresso, o Executivo pode ganhar um reforço de caixa de R\$ 5,5 bilhões, desde que seja aprovada a medida provisória que aumentou os impostos das empresas. Ou perder os mesmos R\$ 5,5 bilhões, pela porta da Previdência, caso passe projeto do deputado Paulo Paim aumentando o salário mínimo dos miseráveis R\$ 70 para miseráveis R\$ 100 redondos.

Dependendo de como a semana terminar, o primeiro ano do novo presidente será mais ou menos feliz do que ele desejava. E não é só no Congresso que se fazem contas bilionárias. Também nesta semana a tesoura do ministro José Serra está concluindo o trabalho de recortar o Orçamento de acordo com o figurino vacas magras. A tarefa foi adiantada no sábado e domingo, quando os técnicos da Sepian foram convocados a fazer serão. O resultado dos cortes será uma economia contada em bilhões de reais.

A divulgação dos vetos ao Orçamento é uma operação delicada, que pode influir negativamente no ânimo dos parlamentares. Uma coisa é um deputado em final de mandato, condição de mais ou menos metade da Câmara. Outra, bem diferente, é um deputado em final de mandato ciente de que o governo passou o facão sobre aquela ponte ou pracinha que ele conseguiu encaixar no Orçamento da União.

Seria prudente deixar o anúncio dos cortes para depois das votações importantes, mas até ontem ninguém no governo se preocupava com isso.

A rigor, ninguém no governo parece preocupado com o que o Congresso pode fazer dele esta semana. O vice-presidente Marcó Maciel faz algum movimento, mas tem sua jurisdição política

circunscrita às reformas constitucionais. É trabalho importante, mas com gestação de longo curso.

No varejão da semana, o presidente está envolvido pessoalmente na aprovação, no Senado, da nova Lei de Concessões e o assunto parece bem encaminhado. Quanto ao mais, a impressão que se tem é que o governo aposta na lei da gravidade para que a aprovação de seus projetos lhe caia no colo.

Na verdade, o governo aposta é na natureza humana para reunir a maioria esmagadora dos deputados e senadores hoje e amanhã em Brasília. Na penca de projetos enfileirados para o tal "esforço concentrado", está um que fala ao bolso dos senhores deputados e senadores.

Seus próprios vencimentos estão em jogo e, pelo último acerto, devem passar dos R\$ 3,6 mil líquidos para algo em torno de R\$ 8 mil, subindo junto com os salários do presidente, do vice e do Ministério inteiro.

Em torno desse projeto é que está escorada toda a pauta de votações, desde a medida provisória dos impostos até a anistia do presidente do Senado, Humberto Lucena. O aumento dos salários funciona como uma espécie de isca

para atrair os parlamentares ao trabalho. É da natureza humana olhar o próprio bolso com muito carinho, daí que esse tipo de operação se repete no Congresso a cada ano, de maneira sempre constrangedora.

Tão constrangedora que ninguém discute mais o mérito: um parlamentar vale R\$ 4 mil mensais ou vale o dobro? Ou será a metade? O que chama a atenção é o método.

Para o governo, no entanto, o que conta é a realidade crua. Se o que garante o quórum neste Congresso é o aumento dos salários (e das pensões correspondentes), não é preciso fazer muita articulação política nem indicar líderes. Basta contar com a natureza humana.



■ Ricardo Amaral é jornalista

Se o que garante o quórum é o aumento dos salários, não é preciso fazer muita articulação

■ João Bosco Rabello, que escreve habitualmente neste espaço às terças-feiras, está em férias